

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.540 - RS (2018/0341309-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ARNO JOSE JUNG
ADVOGADOS : EDMILSO MICHELON - RS036152
ANA CARLA NICOLETTI - RS086388
SHARLENE PITHAN DA SILVA - RS085356
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INOBSERVÂNCIA DAS REGRAS LEGAIS E REGIMENTAIS. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por Arno José Jung contra decisão proferida pelo Presidente do TRF-4ª Região que inadmitiu seu recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ, bem como pela falta de cotejo analítico entre a decisão impugnada e a apontada divergência.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta o agravante que não é necessário o reexame do conjunto probatório dos autos para a análise do pedido recursal, assim como que o cotejo entre os julgados demonstra a existência de dissídio jurisprudencial.

O prazo para apresentação de contraminuta ao agravo em recurso especial transcorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE. REQUISITOS LEGAIS. NÃO PREENCHIDOS.

1. Satisfeitos os requisitos legais de idade mínima e prova do exercício de atividade rural por tempo igual ao número de meses correspondentes à carência, é devida a aposentadoria rural por idade.

2. Considera-se provada a atividade rural do segurado especial havendo início de prova material complementado por idônea prova testemunhal.

3. A extensão da propriedade é aspecto a ser considerado juntamente com o restante do conjunto probatório, não constituindo, individualmente, óbice ao reconhecimento da condição de segurado especial.

4. Hipótese em que não restou configurado o exercício da agricultura em regime de economia familiar, porquanto o autor possui mais de dez módulos fiscais, ultrapassando, em muito, o limite previsto na Lei 8.213/91, em seu art. 11, V 'a' e VII, 'a', I (04 módulos fiscais), descaracterizando a sua condição de segurado especial.

Em suas razões de recurso especial, aduz o recorrente, ora agravante, que o Tribunal *a quo* violou os artigos 11, VII, § 1º, 48, 143, da Lei 8.213/1991, artigo 12 § 1º, da Lei 8.212/1991, artigo 3º da Lei 11.326/2006 e artigos 9º e 5º do Decreto 3.048/1999, pois foi demonstrado que laborou em regime de economia familiar, o qual não é descaracterizado pela dimensão dos imóveis rurais de sua propriedade. Ademais, sustentou haver divergência jurisprudencial no tocante à possibilidade de a extensão da propriedade, por si só, não descaracterizar o regime de economia familiar.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso especial transcorreu *in albis*.

Noticiam os autos que Arno José Jung ajuizou ação em face do INSS, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural.

A sentença julgou o pedido improcedente.

A parte autora, ora agravante, apelou, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O agravante impugnou a fundamentação contida na decisão agravada e, mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A tese recursal gira em torno da caracterização do regime de economia familiar apto a enquadrar o autor, ora agravante, como segurado especial.

Acerca da questão, o Tribunal *a quo* consignou que o conjunto probatório dos autos não comprovou a qualidade de segurado especial do recorrente.

A jurisprudência do STJ se mostra firme no sentido de que a Lei 8.213/1991, ao regulamentar o disposto no inciso I do artigo 202 da redação original da Constituição Federal de 1988, assegurou ao trabalhador rural denominado segurado especial o direito à aposentadoria, quando atingida a idade de 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher, nos termos do artigo 48, § 1º.

Os rurícolas em atividade por ocasião da Lei de Benefícios, em 24 de julho de 1991, foram dispensados do recolhimento das contribuições relativas ao exercício do trabalho no campo, substituindo a carência pela comprovação do efetivo desempenho do labor agrícola, conforme artigo 26, I e artigo 39, I.

Quanto à eficácia do início de prova material para a comprovação da atividade rural, nesse aspecto o acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* está respaldado na jurisprudência do STJ, que admite como início de prova material, certidões de casamento e nascimento dos filhos, nas quais conste a qualificação como lavrador e, ainda, contrato de parceria agrícola em nome do segurado, desde que o exercício da atividade rural seja corroborado por idônea e robusta prova testemunhal, o que não ocorreu no caso em tela.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL.
VOTO-VISTA DO MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES.
ALINHAMENTO COM A POSIÇÃO DO NOBRE COLEGA.

APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL RECONHECIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS E CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. VALORAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. POSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ AFASTADO.

[...]

2. A jurisprudência do STJ se mostra firme no sentido de que o reconhecimento de tempo de serviço rurícola exige que a prova testemunhal corrobore um início razoável de prova material, sendo certo que o rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, é meramente exemplificativo, e não taxativo.

3. Segundo a orientação do STJ, as certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ficha de inscrição em Sindicato Rural, contratos de parceria agrícola, podem servir como início da prova material nos casos em que a profissão de rurícola estiver expressamente mencionada desde que amparados por convincente prova testemunhal. Precedentes: AgRg no AREsp 577.360/MS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 22/6/2016, e AR 4.507/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJe 24/8/2015. [...]

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1.650.326/MT, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, julgado em 6/6/2017, DJe 30/6/2017)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DESNECESSIDADE A QUE SE REFIRA AO PERÍODO DE CARÊNCIA SE EXISTENTE PROVA TESTEMUNHAL RELATIVAMENTE AO PERÍODO. [...]

3. As certidões de casamento e o contrato de parceria agrícola, em que consta a profissão de lavradora da segurada e de seu marido, constituem-se em início razoável de prova documental. Precedentes.

4. É prescindível que o início de prova material abranja necessariamente o número de meses idêntico à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale dizer, desde que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 916.377/PR, Sexta Turma, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 7/4/2008)

No caso dos autos, o Tribunal *a quo* asseverou que o conjunto probatório demonstra que o trabalhador não se encaixa na categoria de segurado especial, não apenas pelo fato de que suas propriedades correspondem a mais de 10 módulos fiscais, mas também por possuir maquinário agrícola e ser enquadrado como empregador rural nos comprovantes de pagamento do Imposto Territorial Rural dos anos de 1991 e 1992, conforme se observa do seguinte trecho do acórdão vergastado, *in verbis* (e-STJ fls. 293-294):

No caso dos autos, o autor é proprietário de mais de 204 hectares, divididos entre o município de Augusto Pestana e Eugênio de Castro, o que corresponde a mais de 10 módulos fiscais, já que nesses municípios o módulo fiscal equivale a 20 hectares, o que ultrapassa, em muito, o limite previsto na Lei 8.213/91, em seu art. 11, V 'a' e VII, 'a', I (04 módulos fiscais), para a caracterização de economia familiar.

De outro lado, a parte autora, na esfera administrativa, afirmou que possui trator, plantadeira, pulverizador e automotriz. Além disso, as testemunhas confirmaram que o autor possui maquinário agrícola.

Importante, ainda, salientar o enquadramento sindical do autor como empregador rural, conforme se verifica dos comprovantes de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR dos anos de 1991 e 1992.

(...)

No caso telado, o fato de a parte autora ter sido enquadrada como empregadora rural nos comprovantes de pagamento de ITR dos anos de 1991 e 1992 desqualifica a sua condição de segurada especial, visto não estar inserida no conceito de segurado especial advindo da Constituição de 1988, qual seja, àqueles camponeses que atuam em pequenas propriedades individualmente ou no regime de economia familiar, como também não exercer atividade rural somente para sua subsistência e de sua família.

Como se vê, não foi apenas a extensão das propriedades rurais do autor, aliada aos depoimentos das testemunhas, que descaracterizou a sua qualidade de segurado especial, e sim, também, o fato de possuir maquinário agrícola e ser enquadrado como empregador rural. Dessa forma, mostra-se evidente que a parte autora não deve ser merecedora do benefício da aposentadoria por idade rural, visto que não exerce a atividade rural somente para sua subsistência e de sua família.

Após a sustentação oral, pedi vista para melhor analisar a controvérsia, principalmente diante do recebimento, pela esposa da parte, de aposentadoria por idade rural.

Mesmo analisando o provimento judicial que determinou a concessão do referido benefício (5000757-52.2014.404.7133) não vejo motivos para alterar a conclusão de que o labor rural do autor não se encaixa na categoria de segurado especial.

Nesse contexto traçado pelo Tribunal *a quo*, os argumentos utilizados para fundamentar a pretensão trazida no recurso especial somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame de matéria fática, o que é vedado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. DESCARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

(...)

II - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, consignou não

estar caracterizado o trabalho rural em regime de economia familiar, porquanto a parte autora possui diversas propriedades, algumas acima de 4 módulos fiscais e uma com 10,20 módulos fiscais, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

III - É incabível o exame do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional, quando incidente na hipótese a Súmula n. 07/STJ.

(...)

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.527.772/SP, Primeira Turma, Relatora Ministra Regina Helena Costa, julgado em 5/6/2018, DJe 8/6/2018)

Por sua vez, acerca da interposição do recurso com fulcro no suposto dissídio jurisprudencial, é cediço que o conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do artigo 105, III, da CF/1988 requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos, consoante artigo 1.029, § 1º, do CPC/2015 e artigo 255, § 1º, do RISTJ.

A não observância a esses requisitos legais e regimentais impede o conhecimento do recurso especial com base na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

In casu, constata-se que o recorrente, ora agravante, não cumpriu as exigências insculpidas nos mencionados dispositivos, pois não realizou o devido cotejo analítico entre os acórdãos ditos divergentes, tampouco indicou as circunstâncias que identificariam ou assemelhariam os casos confrontados, limitando-se a transcrição de ementa.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DO PERÍODO LABORADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

[...]

4. Ainda quanto ao dissídio jurisprudencial, segundo a firme jurisprudência assentada no STJ, a interposição do Recurso Especial com fundamento na alínea "c" não dispensa a indicação do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem teria dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais. O não cumprimento de tal requisito, como no caso, importa deficiência de fundamentação, atraindo também a incidência do contido no enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

[...]

(REsp 1.650.779/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, julgado em 9/3/2017, DJe 20/4/2017)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso

especial. Quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao art. 85 do CPC/2015 c/c Enunciado Administrativo 7/STJ, fixo os honorários de advogado no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Observada a gratuidade da Justiça.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

